

# **ABREA**

## **Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto**

### **COMUNICADO**

#### **Comissão Tripartite criada pelo Ministério do Trabalho é um retrocesso na luta pelo banimento do amianto**

Enquanto em todo o mundo o amianto/asbesto é tratado como uma questão de saúde pública e ambiental, envolvendo neste debate a sociedade civil, ambientalistas, vítimas, técnicos, sindicalistas etc., no Brasil o Ministério do Trabalho insiste em tratar a questão como sendo ligada exclusivamente ao mundo do trabalho e não permite a participação de outros segmentos.

Em uma reunião ocorrida em Brasília, levada a cabo por interlocutores do Ministro Paiva, formou-se uma Comissão Tripartite entre empresários do setor, representados pela Associação Brasileira do Amianto-ABRA, a Comissão de Trabalhadores ( Pró-Amianto ) dos setores de Mineração e Fibrocimento, Força Sindical, CUT e técnicos do próprio Ministério do Trabalho.

É bom frisar que a CUT e Força Sindical nestes últimos três anos têm alternado entre as teses do uso controlado e o banimento, tanto que não se sabe até agora a sua posição oficial, já que os representantes Cutistas da mineração e os metalúrgicos de São Paulo da Força defendem o uso e outros grupos (químicos e metalúrgicos da CUT e de Osasco da Força são pelo banimento ). Tudo isto está fartamente documentado na imprensa. Qual destas posições prevalecerá na “Comissão Tripartite”?

A ata assinada por esta “Comissão” aponta corporativamente para o banimento setorial, desde que haja acordo entre empresários e trabalhadores. Evidentemente que isto não ameaça a poderosíssima Saint-Gobain (leia-se SAMA, BRASILIT e ETERNIT) que já tem Acordos assinados entre as partes pelo “Progresso sobre o Uso Seguro do Amianto” nos setores de mineração e de

fibrocimento, maior utilizador da fibra, consumindo quase que 90% da produção.

Além disso, o protocolo de intenções fala em substituição nos setores que dispõem de tecnologia alternativa. O setor de fibrocimento não pesquisa há quase dez anos substitutos ao amianto para este ramo produtivo. Toda a pesquisa se concentra nas universidades sem ainda qualquer aplicação industrial, pois não há vontade política para isto.

Um outro aspecto a se relevar é o fato de que o amianto tem 3.000 aplicações industriais. Haverá um Acordo para cada uso?

Portanto, se este debate se estreitar entre Capital e Trabalho já podemos prever os resultados disto, pois o Acordo para substituição do amianto no setor de autopeças de 1994, apoiado inicialmente pelo Ministro Walter Borelli, foi rechaçado pelo seu sucessor e, embora houvesse concordância entre patrões e trabalhadores deste ramo produtivo, nunca entrou em vigor e até hoje espera a sua homologação em alguma gaveta empoeirada nos gabinetes do Ministério do Trabalho.

Com que autoridade o Ministério do Trabalho convoca à mesa estes atores sociais? Para repetir o engodo vicenciado pelo setor metalúrgico?

A ABREA, por tudo isto, repudia a Comissão Tripartite e propõe um grande fórum nacional para o debate da questão em que os verdadeiros representantes de trabalhadores e dos ex-trabalhadores, vítimas etc. possam ser ouvidos, já que as doenças do amianto têm ceifado milhares de vidas em todo o mundo e não é mais um assunto para negociação e sim para a ação concreta: o seu banimento.

Apoiamos, outrossim, iniciativas como o projeto dos Deputados Federais Eduardo Jorge e Fernando Gabeira de banimento do amianto em um ano por corajosamente contemplarem os nossos anseios contra os interesses corporativos e político-econômicos vigentes.

*Fernando José Chierici*  
*Presidente*

*Fernanda Giannasi*  
*Coordenadora para a*  
*América Latina da Ban*  
*bestos Network*